



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

TRABALHANDO DE FORMA LÚDICA A IMPORTANCIA E CONSCIENTIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS.

Emily Larsen¹ - emily_larsends@hotmail.com

Rosangela Trabuco Malvestio da Silva - (Orientadora)

Universidade Estadual do Paraná - campus de Paranavaí.

Eixo temático: Políticas Públicas, trabalho e gênero.

RESUMO

O direito como normalizador e regulador da convivência em sociedade também tem a necessidade de ser discutido e apresentado quando desenvolvido no eixo dos direitos das crianças, onde a mesma deve possuir conhecimento sobre estes a fim de entender sobre as leis estabelecidas à ela, com a finalidade de pedir orientação e ajuda caso alguns de seus direitos estejam sendo violados nos diferentes âmbitos de sua convivência. Assim o objetivo deste estudo é trabalhar os direitos e deveres da criança em escolas de Ensino Fundamental, por meio de jogos. A presente pesquisa de caráter bibliográfico utilizou coleta de dados em bibliotecas virtuais, biblioteca física e outros. Para este fim há uma breve reflexão sobre os jogos lúdicos e sua influência na aprendizagem de conceitos científicos pelos alunos. Também realiza uma pesquisa de campo, por meio do jogo da memória do ECA e da trilha dos direitos e deveres, aplicado em alunos do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Paranavaí. Após a aplicação dos jogos, será realizado uma atividade para verificar como as crianças entenderam o conteúdo diante da metodologia do jogo.

Palavras-chave: Direitos. Crianças. Lúdico. Escola.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (1988), elenca o Estado como Estado Democrático, ou seja, onde todos possuem direitos a fim de igualdade social, racial, de direitos, dentre outros. Considerando que os direitos são necessários para a convivência em sociedade e que as leis asseguram os direitos de todos, as crianças também estão inseridas neste contexto. Por este motivo é necessário

¹ Acadêmica Emily Larsen do 4º ano do curso de Pedagogia da *Universidade Estadual do Paraná* – UNESPAR – *Campus Paranavaí-PR*, resultado do trabalho no projeto de iniciação científica- PIC, sob orientação do professora Dra. Rosangela Trabuco Malvestio.



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

a mediação do adulto para que as crianças e adolescentes compreendam seus direitos e deveres.

Esta mediação pode acontecer de diferentes formas, mas o jogo é uma maneira de apresentar os direitos e deveres às crianças de maneira lúdica. Busca-se uma exposição favorável para que ocorra a interação e participação dos alunos no desenvolvimento do conteúdo de forma que se interessem e reconheçam os seus direitos e deveres, bem como a importância de seu conhecimento sobre estes. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Declaração Universal dos Direitos das Crianças elaborada pela ONU (1959), esta pesquisa tem como objetivo trabalhar os direitos e deveres da criança em escolas de Ensino Fundamental, por meio de jogos. Neste contexto, ela busca destacar a importância deste conhecimento para a criança como também possibilidades de desenvolver este conteúdo de forma lúdica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi elaborado por meio de uma revisão bibliográfica que de acordo com Triviños (1987), permite que se busque em diferentes fontes como artigos, livros, documentos oficiais, dentre outros, elementos para fundamentação teórica sobre a temática. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo para que se tenha a possibilidade de compreender com maior clareza o conjunto em que o trabalho está situado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças, foi elaborada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) órgão atuante dentro da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1959. Embora não sendo obrigatório o segmento da mesma neste período, o assunto ganhou destaque e visibilidade na sociedade. Mas apenas em 1989 – após três décadas na Convenção sobre os Direitos das Crianças – que o conteúdo da declaração passou a ser



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os desafios de um contexto em retrocesso**

obrigatório aos estados membros da organização que assinaram este tratado (em torno de mais de uma centena de países).

No Brasil, conforme Benevides, Daniel e Berwig (2012), a reformulação da Constituição Federal feita em 1988, permitiu o pontapé inicial para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais precisamente pelo artigo 277, onde prevê o direito das crianças e de outros na perspectiva da segurança; da educação; da alimentação e da liberdade. Neste contexto histórico da década de 80 e 90, conforme Gohn (2009), marcado pelos movimentos sociais em prol da redemocratização nos diferentes aspectos sociais, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Até este período,

[...] o Brasil tinha como base o modelo francês, onde as crianças e os adolescentes pobres eram excluídos da sociedade, como também eles não podiam ser vistos pelas elites burguesas [...] (BENEVIDES, DANIEL, BERWIG, 2014, p. 2).

Políticas públicas específicas para essa faixa etária eram inexistentes, até meados do século XX, e a partir deste período os documentos elaborados para os mesmos os caracterizavam como delinquentes. As mudanças na lei só ocorreram por uma necessidade histórica, bem como de exigências internacionais.

Seguindo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto foi elaborado a partir de uma necessidade histórica e social, estabelecendo um conjunto de regras e normas, sendo considerado um marco na história das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Atualmente é notória a importância de se obter conhecimento sobre o direito dos cidadãos. Por meio destas informações pode-se garantir aspectos essenciais para o desenvolvimento pessoal e social, influenciando também na qualidade de vida. Assim considera-se a importância da conscientização da criança e do adolescente, para compreenderem seus direitos e deveres como cidadãos. Um dos procedimentos metodológicos adotados para garantir este objetivo, é a exploração do conteúdo por meio dos jogos e do lúdico.



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

Alberguine (2012), escreve que a importância do brincar e da ludicidade, foi trazida ao Brasil por meio da concepção pedagógica escolanovista onde o interesse da criança deve ser um dos principais elementos:

Surgem várias metodologias e nascem os princípios básicos da escola nova destacando a valorização dos interesses e necessidades da criança, a defesa de ideias do desenvolvimento natural, e grande ênfase ao caráter lúdico na realização das atividades escolares (ALBERGUINE 2012, p.25).

Nesta perspectiva de aprendizagem, o aluno interage com os demais, pois é por meio da brincadeira que começa o ato de interação, onde a criança aprende a esperar sua vez, a ouvir o outro e desenvolver o raciocínio lógico. No brincar é desenvolvido uma variedade de aspectos como percepção, imaginação, confiança, organização de pensamentos, dentre outros. Em relação a seus oponentes ou grupo ela interage e explora além de se relacionar com os demais participantes.

A fim de conscientizar as crianças sobre seus direitos e deveres de forma lúdica, foram elaborados dois jogos para explorar o ECA. O primeiro jogo foi o da memória, onde as figuras remetem aos direitos das crianças, e quando feito o par o respectivo jogador deverá lembrar ao seu parceiro qual o significado da imagem nos termos dos direitos. O segundo jogo elaborado consiste em uma 'trilha dos direitos', onde os jogadores utilizam um dado para sortear a quantidade de casas a serem avançadas. Conforme o jogador para na casa de pergunta, este deverá responder a questão, podendo, de acordo com as regras do jogo, ser imposto sanções.

Desta forma ao jogar o jogo da memória sobre o ECA, a criança aprende o conteúdo por meio do lúdico, desenvolvendo aspectos do seu pensamento, como por exemplo a atenção e a memória. Já quando joga a trilha dos direitos, estará aprendendo além dos conteúdos dos direitos e deveres das crianças, a esperar sua vez, a desenvolver o raciocínio lógico, dentre outros.



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

CONCLUSÃO E APONTAMENTOS

O projeto do Programa de Iniciação Científica – PIC da UNESPAR - Paranavaí, no ano de 2017-2018, desenvolveu dois jogos lúdicos voltados para conscientizar as crianças sobre seus direitos, para serem aplicados com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental, em escolas municipais da cidade de Paranavaí. Os jogos ainda não foram aplicados, mas ao final do projeto, espera-se contribuir para disseminar o conteúdo do ECA, principalmente no que tange aos direitos e deveres da infância e da juventude.

REFERÊNCIAS

ALBERGUINE, Silmara do Rocio Machado. **A Importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança na educação infantil**. 2012. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais) - Centro Universitário Filadélfia, Unifil, Londrina.

BENEVIDES, Jamille; SOLANGE, Rosangela Daniel; BERWING, EMILENE. Políticas públicas e estatuto da criança e do adolescente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLITICA. 3., 2014. São Borja – RS. **Anais eletrônicos...** São Borja. 2014. Disponível em: <<https://profuturo.education/pt/2017/11/23/a-historia-da-convencao-dos-direitos-da-crianca/>> Acesso em: 28. Abr.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 99.710**, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114072/decreto-99710-90>> Acesso em: 28 Abr. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e Movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **EcoS** - Rev. Cient. São Paulo, v. 2, n. 1, p.23-38. Jan/Jun. 2009. Disponível em: <<https://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/1535/1306>> Acesso em: 28 Abr. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.